

213

Tribunal estranha custo para despoluir o Lago

Fotos: Josemar Gonçalves

O Tribunal de Contas do DF concluiu a auditoria sobre o preço das obras de despoluição do Paranoá e constatou que houve uma variação brutal. A Caesb terá que explicar

Edna Dantas

Uma variação "brutal" nos preços dos equipamentos. Essa é uma das principais explicações que a Companhia de Água e Esgoto de Brasília (Caesb) vai ter que fazer ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), que desde sexta-feira da semana passada concluiu a auditoria referente ao projeto de despoluição do Lago Paranoá, desenvolvido pela empresa. A informação foi dada, ontem, pelo presidente do TCDF, Joel Ferreira, que já designou um relator — cujo nome não quis revelar — para fazer o relatório conclusivo da auditoria.

A auditoria do TCDF na Caesb começou no início do mês passado, baseada, fundamentalmente, nas denúncias de irregularidades no projeto de despoluição do Lago Paranoá, publicadas pelo **Jornal de Brasília**. Em suas matérias, o **JBr** mostrou a variação nos custos da obra, que de 45 milhões de dólares — Cz\$ 1,7 bilhão — passaram, com a assinatura dos contratos entre a Caesb e as empreiteiras, para 125 milhões de dólares, cerca de Cz\$ 4,9 bilhões.

Foi também denunciada a existência de dois anúncios feitos nos classificados do **Correio Braziliense** que antecipavam as empresas vencedoras da concorrência pública, antes mesmo das cinco empresas que estavam competindo entregarem suas propostas.

Explicações

O relatório dos técnicos do TCDF, em 56 páginas, faz, como explicou Joel Ferreira, uma análise minuciosa da parte financeira do

projeto da Caesb, utilizando índices e fontes variados. O conteúdo do relatório não foi tornado público, pois, como justificou o presidente do Tribunal, as conclusões só serão divulgadas após a análise do relator, que tem um prazo de 30 dias para terminar o trabalho, mas que pode ser prorrogado ou até diminuído.

Joel Ferreira antecipou, apenas, que alguns pontos ficaram sem explicação e que os técnicos sugeriram que o TCDF requeresse à Caesb estas explicações. A principal delas, segundo Ferreira, se refere aos preços dos equipamentos que, da primeira licitação, em 1983 até este ano, sofreu uma alteração "absurda" de preço, e que "a Caesb vai ter que explicar".

Outra questão levantada pelos técnicos do TCDF, em seu relatório de auditoria, foi o porquê da Caesb não aceitar o pedido de dilatação do prazo para entrega das propostas, feito pela empresa de construção Tratex. Na época, junho deste ano, a empresa enviou à Caesb um pedido de dilatação do prazo, porque as empresas fornecedoras de equipamento — Degremont e o consórcio Fil-san/Dresser — não concederam o orçamento.

O próximo passo, conforme revelou Joel Ferreira, é aguardar as conclusões do relator e as respostas da Caesb, para que, caso seja constatada alguma irregularidade, o parecer do TCDF seja encaminhado ao governador José Aparecido e ao presidente do Senado Federal, senador Humberto Lucena.



Ao lado de Pompeu (E), Siqueira disse que o custo poderia ter caído, enquanto Ladeira teme pelo êxito das obras no lago

